

**A GUERRA DENTRO  
DA GUERRA, DE NOVO**

José Manuel Pureza



## A GUERRA DENTRO DA GUERRA, DE NOVO

José Manuel Pureza

Algures em 2003, o Luís Moita e eu escrevemos um artigo de opinião publicado num jornal diário sobre a guerra no Iraque. Fizemo-lo para dar voz à nossa responsabilidade de académicos comprometidos com uma ordem internacional pautada pelo primado da solução pacífica das controvérsias e, como tal, com a interdição do uso da força pelos Estados salvo casos de legítima defesa, como estatui a Carta das Nações Unidas. Mas, mais que tudo, fizemo-lo para furar a hegemonia que, naquele momento tinha o discurso académico, jornalístico e político para o qual a guerra era absolutamente necessária e inevitável para parar o mal absoluto. Esse discurso de apologia incondicional da guerra – uma escolha “sem mas” – abjurava todas as vozes que falassem de paz, catalogando-as como transações cobardes com o mal e expressões de relativismo fundadas num antiamericanismo primário. Por isso lhe demos o título de “A guerra dentro da guerra”. Transcrevo a seguir alguns excertos desse artigo.

*“Dentro desta guerra global há uma guerra argumentativa contra o pacifismo. Como aquela que mata indiscriminadamente no Iraque, também esta está longe de ser uma guerra limpa. Insidiosamente, tenta-se fazer passar que pacifismo e cobardia são gémeos e que por trás de cada pacifista há um potencial terrorista, tal o ódio que os pacifistas têm aos Estados Unidos.*

*Como todas as guerras, também esta é insuportável. E sobretudo ofensiva para o que recebemos do passado e que é hoje o que há de melhor na humanidade. Woodrow Wilson, Luther King ou Eleanor Roosevelt são verdadeiras vítimas colaterais desta guerra e da cegueira fundamentalista dos seus mentores. E essa é uma das principais tragédias do nosso tempo: que se faça crer que o mundo avança com as guerras e não com o empenho de homens e mulheres em as desfazer.*

*Dizem que entre tirania e democracia tomámos partido pela primeira. Não é de crer que seja sincera esta censura dirigida a combatentes da liberdade que nos orgulhamos de ser. Trata-se apenas de uma forma ardilosa de fugir ao verdadeiro dilema que se situa na opção entre paz e guerra. Os que legitimam a guerra em nome da democracia estão afinal a abater um dos dogmas tidos por adquiridos: as democracias não fazem a guerra.*

*(...) Alguns argumentam com o antecedente histórico bem clássico: Munique, o capitulacionismo face a Hitler, a cobardia dos “pacifistas” perante a ameaça das ditaduras. Como se a resistência ao nazismo tivesse alguma*

*analogia com a situação presente! O Iraque era um país bem mais ameaçado que ameaçador, com a sua soberania gravemente limitada por embargos comerciais e zonas de exclusão aérea sujeitas a bombardeamentos sistemáticos.*

*Será esta uma posição “pacifista”? Dentro do vastíssimo campo mundial anti-guerra (anti-esta-guerra) há seguramente grande diversidade de posições, algumas delas literalmente pacifistas, no sentido em que se opõem a qualquer forma de violência, logo também a esta. Pela nossa parte não temos ilusões quanto à possibilidade de estabelecermos uma convivência internacional isenta de violência. Julgamos que o mundo continuará regido em grande parte pela correlação de forças. Todavia a construção da paz é um dos objectivos centrais do nosso compromisso de cidadãos. Certamente por razões éticas e por motivações humanitárias. Mas também e cada vez mais por motivos políticos, por fundamentos técnicos, por análises estratégicas. Não só em nome da perigosidade dos arsenais disponíveis.*

*Não apenas pela surpreendente ineficácia do poderio militar para atingir objectivos políticos. Mas sobretudo porque consideramos historicamente possível e logicamente desejável que o sistema internacional seja regulado por normas comumente aceites, onde a força da lei prevaleça sobre a lei da força e onde o inevitável exercício da violência esteja subordinado a códigos de conduta.”*

Leio este texto em 2023, tiro a palavra Iraque, ponho a palavra Ucrânia, e podia perfeitamente ser um artigo do Luís e meu sobre a guerra dentro da guerra que está a ter lugar no território da Ucrânia, mas que é já uma guerra mundial. Há uma guerra dentro desta guerra – é a guerra pela hegemonia do discurso e pela escolha das narrativas de legitimação de um lado contra o outro. A estratégia usada pelos apologistas da guerra é a mesmíssima que o Luís e eu denunciámos há vinte anos: a desqualificação intelectual e o ataque de carácter contra quem não faz aquela apologia. De novo, o discurso dos apologistas da guerra é o da redução da complexidade da realidade, numa ontologia pobre que opera uma sobre-simplificação do que está a acontecer, terraplanando tudo num antagonismo simplista (país A contra país B, como se o país A e o país B não fossem muita coisa, não tivessem muitas tensões e contradições internas, neles não houvesse luta de classes, disputa de políticas ou de poder económico e político). De novo, quem quer dotar a sociedade de instrumentos de leitura que vão além do A contra B e faz articular a sua análise com o resgate urgente da razoabilidade que trave a vertigem do apocalipse e poupe vidas presente e futuras é encostado pelo complexo militar-entretenimento à categoria de capitulacionista ou de apoiante encapotado do “outro lado”.

O que se exige aos intelectuais, neste tempo de renovada negação de direitos essenciais dos povos às mãos da máquina de guerra é, em primeiro lugar,

um compromisso sério e inabalável com o imperativo ético e político da autodeterminação. Com a mesma determinação com que Luís Moita o fez, cívica e academicamente, ao longo da sua vida. E com a noção clara de que esta guerra só se resolverá quando o princípio da autodeterminação for escrupulosamente respeitado. A militância do Luís Moita pela autodeterminação dos povos era a expressão dessa convergência, que ele trabalhou aturadamente, entre a ética e a política, abrindo a história e recusando que ela ficasse refém da lógica colonial das esferas de influência. Temos o dever, como intelectuais deste tempo, de voltar a esse imperativo ético e político da história aberta, retirada das mãos de qualquer lógica aristocrática.

Por ser assim, o que se exige aos intelectuais, neste tempo de silenciamento de tanto conhecimento e tanta experiência acumulados, ao longo de décadas, em torno de plataformas multilaterais de negociação política tida como “impossível”, é um empenho contagiante no resgate da centralidade dessas plataformas, como a ONU ou a OSCE. Tal como fizeram os que historicamente deram impulso à criação desses mecanismos, urge combinar o idealismo do pensamento que abre espaço para uma paz obtida pela negociação política com o realismo da ponderação das relações de poder e com o pragmatismo que tem permitido que, apesar da guerra, se mantenham abertos canais como o da exportação de cereais e o da troca de prisioneiros. Sei que o Luís Moita nos aconselharia a escolher como referências deste trabalho de cerzidura de uma paz laboriosa, feita desse compromisso entre idealismo da vontade, realismo da contextualização e pragmatismo de cada passo, tanto o Secretário-Geral das Nações Unidas ou o Papa como a mais discreta das ONGs ou dos centros de pesquisa que, fora dos holofotes, tecem laços onde eles são tidos como impossíveis.

O que se exige aos intelectuais, neste tempo de fechamento da história e de convocação a alinhamentos disciplinares, é a coragem de não desistirem de anunciar o que é invisível aos olhos dos analistas que se limitam a explicar o que está como se o que está fosse eterno e absoluto. As cidades invisíveis, alegoria do trabalho contra-hegemónico que importa contrapor a essa incompetência do discurso dominante para captar o que rompe com a perpetuação do presente, por mais sombrio e sufocante que seja — é a elas que temos que continuamente apontar para não nos deixarmos aprisionar pela hegemonia da cultura que naturaliza a guerra, a agressão e a violência opressora. Italo Calvino, autor de culto do Luís Moita, fala-nos da cidade de Ersília, onde, “para estabelecer as relações que governam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as esquinas das casas.” Essa cidade, feita de “teias de relações intrincadas que procuram uma forma”, é aquela que importa anunciar neste tempo de apologia do corte de todos os laços em nome

dum absoluto tido como descontaminado de todos os males. Se esse anúncio e essa defesa forem feitos com a referida combinação entre idealismo, realismo e pragmatismo, então ficará claro que os laços não têm de significar harmonia e comunhão, antes também tensões, gestão de poder, afirmação de interesses. Mas esse é o campo da política e essa é sempre a superioridade da política sobre a guerra.



